

HABEAS CORPUS Nº 493.862 - SP (2019/0045941-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : JAIR FERREIRA GONCALVES
ADVOGADO : JAIR FERREIRA GONÇALVES - SP074834
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RICHARD VINICIUS LOPES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de RICHARD VINICIUS LOPES no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2014112-76.2019.8.26.0000).

Colhe-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito previsto no art. 121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal (e-STJ fls. 36/40).

Irresignada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, sendo indeferido o processamento do *habeas corpus* em acórdão cuja ementa foi assim definida (e-STJ fl. 333):

HABEAS CORPUS - alegação de falta de fundamentação da r. sentença que indeferiu o direito de recorrer em liberdade, tendo se baseado tão somente na gravidade concreta do crime - inocorrência - decisão que ao indeferir o direito de recorrer em liberdade faz menção à circunstâncias do caso concreto.

HABEAS CORPUS - presença do fumus comissi delicti no laudo pericial e prova oral que indica a morte da vítima causada por disparos de arma de fogo, indicando o paciente como autor - praticar o crime com alta reprovabilidade e periculosidade - prisão preventiva que não ofende o princípio da presunção de inocência - fato de ser primário e sem antecedentes, bem como possuindo residência fixa, não vedam a possibilidade da prisão cautelar - indeferimento liminar.

Neste *habeas corpus*, aduz o impetrante, em síntese, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea na decisão que decretou sua prisão preventiva.

Sustenta, para tanto, que o paciente possuiria circunstâncias pessoais favoráveis, que não há nenhum risco à ordem pública ou à instrução criminal, e que a prisão careceria de contemporaneidade, uma vez que decretada somente após mais de

dois anos dos fatos (e-STJ fls. 4/13).

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva do paciente.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração, notadamente a existência de eventuais decisões posteriores quanto à manutenção da segregação cautelar do paciente. Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico do Tribunal de Justiça, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ. Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator